

NUPCIALIDADE E FECUNDIDADE NA REGIÃO DA MADALENA (ILHA DO PICO). UM ESTUDO DE DEMOGRAFIA DIFERENCIAL.

Carlota M. Santos

Universidade do Minho

RESUMO

No presente estudo, foi analisada a informação extraída dos registos de nascimento, casamentos e óbitos em seis comunidades açorianas da ilha do Pico, aplicando a metodologia de “reconstituição de paróquias”.

O principal objectivo consiste em descrever a evolução da nupcialidade e da fecundidade na região, entre os séculos XVIII e XIX, destacando comportamentos específicos em diferentes grupos ocupacionais. Os resultados obtidos revelaram acentuados contrastes na idade ao casamento, na fecundidade legítima, na dimensão da família e nos níveis de esterilidade.

ABSTRACT

In this study, we have analysed the information extracted from records of births, marriages and deaths in six azorean communities from Pico Island, using the “parishes reconstitution” methodology.

The main purpose is describing the evolution of regional nuptiality and fertility, from the eighteenth to the twentieth centuries, and pointing out specific behaviours in different occupational groups. The results obtained indicate strong contrasts in age at marriage, marital fertility, family size and sterility levels.

INTRODUÇÃO

Numa perspectiva histórico-demográfica, a análise da fecundidade em populações europeias pré-industriais processou-se em função de dois pressupostos metodológicos de partida: a convicção do seu carácter “incontrolado”, que a aproximaria dos fenómenos da natureza, e a sua ocorrência predominante no quadro familiar legítimo. No entanto, se a difusão mais ou menos generalizada do aleitamento prolongado, que em condições alimentares precárias provocava a esterilidade temporária da mulher, não invalida a primeira afirmação, outras formas de controle das concepções como a contenção sexual prescrita durante a amamentação ou mesmo o recurso pontual a práticas abortivas, permitiram reconhecer a interferência de condicionantes de ordem sociocultural que, de algum modo, lhe retiram parte dos seus atributos “naturais”. Por outro lado, embora a natalidade extramarital tenha sido sistematicamente desencorajada pelas instâncias sociais, veículos de um receio malthusiano latente face a um cenário de crescimento populacional insustentável para as economias europeias (Flinn, 1981), foram calculadas taxas de ilegitimidade muito significativas em regiões de países tão diversos como a Inglaterra, Escócia, Noruega, Alemanha, Dinamarca, Itália, Portugal e Espanha, que justificam o tratamento particular da fecundidade ilegítima como componente indissociável da fecundidade geral das populações do passado.

Apesar da grande diversidade de situações, atribuível a uma incidência diferenciada de determinantes demográficos e bio-sociais, os níveis de natalidade nessas sociedades apresentaram-se tendencialmente elevados, compensando os igualmente elevados níveis de mortalidade prevalentes em economias tradicionais de subsistência e em contextos de rudimentar desenvolvimento. Da interacção de ambas as variáveis, com a mortalidade a desempenhar uma função reguladora decisiva, resultam estruturas demográficas específicas e um crescimento populacional letárgico.

Ainda que indirectamente relacionada com o movimento natural da população, a nupcialidade assumiu um papel de extrema importância como

fenómeno demográfico, dada a sua interferência nas taxas de fecundidade e na estrutura populacional. A sua actuação ao longo do Antigo Regime, foi especialmente valorizada por Hajnal (1965) enquanto mecanismo susceptível de regular a dinâmica de uma população sujeita a constrangimentos impostos quer pela rigidez das estruturas económica e social, quer por crises de mortalidade de natureza conjuntural. Com efeito, num quadro de fecundidade “natural” e baixa incidência de ilegitimidade, a idade tardia no acesso ao primeiro matrimónio da mulher, associada a um elevado índice de celibato definitivo, tenderia a suavizar a médio prazo os efeitos de uma forte pressão demográfica ao induzir a diminuição das taxas de fecundidade pela menor exposição das mulheres férteis ao risco de gravidez, enquanto a antecipação do casamento e menores percentagens de indivíduos definitivamente celibatários produziriam um efeito inverso, contrariando o esvaziamento populacional provocado por movimentos migratórios de saída ou por ciclos de mortalidade excepcional.

Estreitamente dependente das relações de masculinidade observadas em idade reprodutiva, estas mesmas determinadas pela mortalidade e mobilidade diferenciais (Henry, 1970), a nupcialidade foi ainda, segundo alguns autores, particularmente condicionada pelas características do sistema fundiário (Livi-Bacci, 1971) e por outros factores de ordem cultural como a estrutura de autoridade da casa camponesa e a predominância de um dos sexos ou a relativa igualdade de ambos no processo de transmissão sucessória da exploração familiar (Pina Cabral, 1989).

Nas actuais sociedades industrializadas, tanto o aumento da esperança média de vida como a difusão progressiva de métodos contraceptivos deram origem a um novo equilíbrio demográfico onde a natalidade, menos afectada pela nupcialidade e frequentemente estimulada ou reprimida por orientações políticas centralizadas, passa a assumir um papel preponderante na dinâmica dessas populações.

O presente estudo, incidindo sobre o conjunto de freguesias que integram o actual concelho da Madalena na ilha do Pico visa observar, numa perspectiva

evolutiva e numa óptica de longa duração, as características fundamentais do modelo nupcial da população e as suas repercussões no comportamento procriador das mulheres, evidenciando o período de transição de uma fecundidade “natural” para uma fecundidade “controlada”. Com a finalidade de detectar a influência de factores ambientais particulares, mas sobretudo a projecção da disponibilidade económica dos agregados familiares em comportamentos demográficos específicos, procedemos a uma análise diferencial das referidas variáveis considerando os diversos estratos sociais.

I. MATERIAL E MÉTODOS

A existência de bases de dados construídas por aplicação da metodologia de “reconstituição de paróquias” (Amorim, 1991) para três freguesias do actual concelho da Madalena (Amorim, 1992; Mesquita, 1998) sugeriu, enquanto ponto de partida de uma investigação biodemográfica (Santos, 2004) de âmbito mais amplo e assente na mesma metodologia, o alargamento da observação às restantes paróquias que o constituem, no sentido da obtenção de um volume de efectivos populacionais representativo do universo insular. Este processo implicou a recolha serial dos dados fornecidos pelos registos de nascimentos, casamentos e óbitos entre os anos de 1670 e 1970. Após cruzamento nominativo da informação, obtiveram-se bases de dados para cada uma das paróquias que, posteriormente, foram sujeitas a um cruzamento interparoquial visando a sua fusão e pressupondo a detecção das famílias que, ao longo do seu percurso de vida, transitaram entre duas ou mais localidades e, por esse motivo, se repetiram nos vários ficheiros paroquiais, em função dos actos vitais registados. Das fichas que lhes correspondem, resultou uma única para a qual foram deslocadas todas as informações parciais relativas aos componentes do agregado. No sentido de homogeneizar as características da observação, adoptámos um critério uniforme ao eleger a paróquia de fixação, fazendo-a coincidir com aquela onde foi celebrado o matrimónio ou, na sua ausência, com a que registou um maior número de actos.

A partir do ficheiro integrado de famílias foi gerado, por desdobramento e de forma automatizada, um ficheiro individual onde constam os diversos dados atribuíveis a cada indivíduo: nome próprio, sexo, número de ficha familiar de origem, filiação, profissão e residência dos progenitores, data de actos vitais próprios e do cônjuge, estado civil ao óbito. No total, contabilizaram-se 16015 fichas de família e 73489 fichas de indivíduos, compreendendo um número de casamentos igual a 12366, de nascimentos (legítimos e ilegítimos) igual a 58924 e de óbitos igual a 29843.

Para os cálculos relativos à evolução do número de habitantes, foram consultados os *Mapas da População* de 1770, 1819, 1826 e 1838, e os recenseamentos portugueses produzidos entre 1864 e 1970. Uma vez que as informações existentes para o ano de 1770 excluem todos os indivíduos “menores de comunhão” (de 7 a 12 anos para o sexo feminino e de 7 a 14 anos para o sexo masculino) e ainda os “menores de confissão” (todas as crianças com idade inferior a 7 anos), recorreu-se a um coeficiente de correcção igual a 12.1 para a primeira situação, e a 16.8 para a segunda (Madeira, 1999), no sentido de estimar a dimensão populacional total para essa data.

A análise diferencial da nupcialidade e fecundidade resultou do cruzamento das ocupações profissionais dos indivíduos no ficheiro genealógico, retiradas dos assentos paroquiais e, ainda, dos mapas da população elaborados pelas entidades eclesiásticas em 1838, nas várias freguesias do município. Contudo, a ilegibilidade de dados não agregados decorrente de um relativamente amplo leque de denominações profissionais, impôs uma prévia operação de reagrupamento e classificação que procurámos ajustar, tanto quanto possível, às características estruturais das comunidades durante o período observado. Com efeito, não existindo um modelo genericamente aplicável ao conjunto das populações nacionais para a época pré-estatística, sendo pelo contrário múltiplas as grelhas de classificação propostas para o estudo de realidades sociais heterogéneas (Cascão, 1985; Silva, 1987; Pereira, 1993), optámos por uma distribuição das ocupações em categorias muito amplas, justificada por uma escassa diversidade laboral numa sociedade que permanece tipicamente rural em pleno século XX, apesar das

recentes alterações ocorridas após 1960 na globalidade do território insular, expressas numa significativa diminuição da percentagem de activos afectos ao sector primário (Rocha, 1991). Por outro lado, se a partir de finais do século XVIII os registos paroquiais passaram a referir com frequência a profissão do elemento masculino do casal, pai ou noivo, desvalorizaram o trabalho feminino como fonte de rendimento do agregado familiar, de forma sistemática e até uma época tardia, designando genericamente as mulheres como “domésticas”. As informações facultadas pelo *Mapa da População* de 1838 para a freguesia de S. Mateus confirmaram, no entanto, que um grande número de mulheres desempenhava actividades lucrativas enquanto “tecedeiras”, “lavadeiras”, “taberneiras” e “costureiras”. Estas limitações inerentes à natureza das fontes utilizadas exigiram que, para a homogeneidade e representatividade da amostra, a análise dos comportamentos diferenciais se circunscrevesse a um período com início em 1800 e que as fichas de família fossem seleccionadas em função da profissão do marido, devendo considerar-se que esta, na impossibilidade de revelar com exactidão o grau de disponibilidade económica do casal, constitui sobretudo um indicador de estatuto social e de pertença a grupos estruturais reconhecíveis como portadores de características distintivas:

GRUPO 1 – Chefes de família desempenhando actividades relacionadas com o sector agro-pecuário, com escasso rendimento e acesso limitado à propriedade fundiária (trabalhador rural, jornaleiro, pastor, hortelão, etc.).

GRUPO 2 – Chefes de família exercendo uma actividade marítima, sem acesso à propriedade de grandes embarcações (marítimo, pescador, remador, baleeiro, etc.).

GRUPO 3 – Chefes de família que, na função pública ou na esfera privada, desenvolveram actividades secundárias ou terciárias, geradoras de rendimento e estatuto social médio (alfaiate, caixeiro, carpinteiro, pequeno comerciante, empregado).

GRUPO 4 – Chefes de família cuja profissão indicia um superior nível social e económico, frequentemente conotado com a possibilidade de acesso à propriedade (proprietário, capitão, mestre de embarcação, juiz, industrial, fabricante, engenheiro, etc.).

II. RESULTADOS

2.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

À semelhança do que sucedeu nas restantes ilhas do arquipélago, os primeiros anos de povoamento na ilha do Pico caracterizaram-se pela ocorrência de fluxos migratórios de reduzida dimensão, provenientes do exterior e, em grande medida, dependentes da vontade política dos capitães-donatários. Com a instalação progressiva de colonos, o contributo do crescimento natural na expansão populacional adquiriu maior significado, favorecido pelo acesso generalizado aos recursos alimentares básicos e, ainda, pela baixa incidência da mortalidade por doenças contagiosas. Com efeito, mesmo a peste, cujas probabilidades de propagação seriam maiores nas ilhas do grupo oriental pela sua intensa exposição ao tráfego marítimo, era eficazmente circunscrita à ilha atingida uma vez que, após o sinal de alerta, todas as outras se apressavam a fechar os seus portos até a epidemia se extinguir (Gil, 1979)

Na última década de Quinhentos, a apropriação do espaço insular desenvolvia-se em torno das vilas de S. Roque (na zona norte) e Lajes (na zona sul), embora a freguesia da Madalena, localizada na orla ocidental e integrada no primeiro município desde 1542, se posicionasse já como a quarta localidade de maior concentração populacional, albergando 108 fogos e 428 almas de confissão (Frutuoso, 1963).

Em finais do século XVII o alargamento da área povoada, resultante do intenso crescimento demográfico verificado ao longo de uma centúria e muito superior ao das restantes ilhas (Madeira, 1999), projecta-se na fundação de novas freguesias maioritariamente localizadas na região norte e ocidental (Montalverne, 1988) e justifica a elevação da Madalena a vila e sede de concelho em 8 de Março de 1723, abrangendo no seu perímetro administrativo as paróquias da Candelária, S. Mateus e Bandeiras. Os lugares da Criação Velha e S. Caetano, incorporados na Madalena e S. Mateus até uma data tardia, viriam a constituir-se em paróquias fundadas por desmembramento em 1801 e 1886, respectivamente.

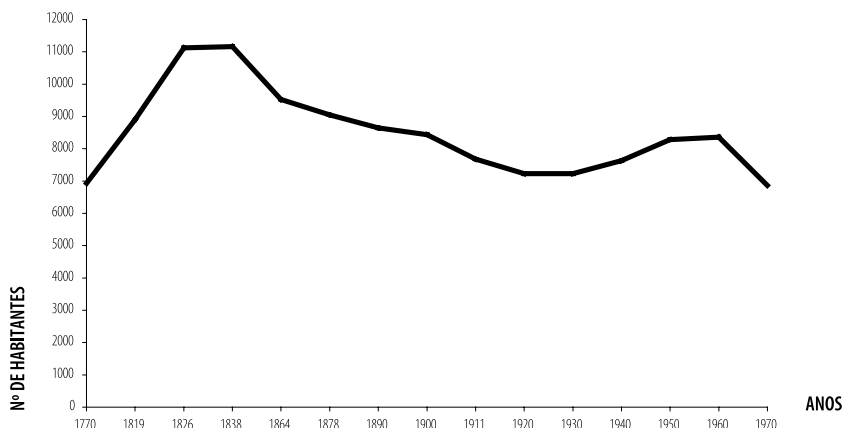


GRÁFICO 1. Evolução do número de habitantes no concelho da Madalena - Fontes: Mapas da População (1770, 1819, 1826 e 1838); Recenseamentos nacionais (1864 a 1970).

Para o conjunto do município, a listagem da população produzida em 1770 refere a presença de 4929 “pessoas de comunhão” e permite estimar com alguma segurança o total de habitantes em 6932 indivíduos. A leitura do Gráfico 1 revela que até 1826 o crescimento populacional foi notável, com o volume de efectivos a ascender aos 8903 em 1819 e aos 11131 em 1826, valores que se traduzem em taxas de crescimento anual médio de 0.51% no primeiro intervalo temporal e de 3.24% no segundo. Após uma década de estancamento populacional, prenunciando um extenso período recessivo com termo em 1920, insinua-se um movimento de débil recuperação progredindo em ritmo moderadamente ascendente até 1950, momento que assinala o início de uma fase de desaceleração que se intensifica durante a década de 1960 expressando-se na mais alta taxa de crescimento anual médio negativo verificada ao longo de dois séculos (-1.96%). Em 1970 o número de habitantes seria equiparável ao que foi estimado para o ano de 1770.

2.2. NUPCIALIDADE

O Gráfico 2 representa o volume anual de casamentos, e respectivas médias móveis de onze anos, celebrados no concelho a partir de 1700. Em consequência do desfaseamento de datas ao primeiro registo, os anos iniciais

aparecem subrepresentados pela ausência de livros paroquiais de casamentos na Madalena, antes de 1708, na Candelária antes de 1718 e nas Bandeiras antes de 1860. Esta última situação não desvirtuará, contudo, a leitura das tendências evolutivas na área municipal, uma vez que se trata de uma pequena freguesia cujo volume de habitantes nunca representou mais de 15% do total da população (Santos, 2004).

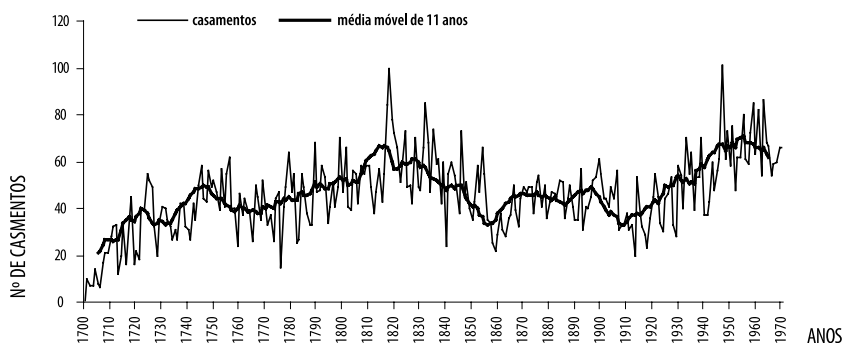


GRAFICO 2. Movimento anual de casamentos no concelho da Madalena

Se ignorarmos os primeiros anos lacunares, é notório o crescimento contínuo de matrimónios até 1755 que, em alguma medida, terá sido potenciado pela transferência de um número considerável de indivíduos de S. João, no concelho das Lajes, para a vizinha freguesia de S. Mateus, por ocasião da erupção vulcânica de 1718 (Amorim, 1992). Entre 1760 e finais da década de 70, assistiu-se a uma diminuição significativa do número anual de eventos que parece repercutir as vagas de sobremortalidade ocorridas em 1746 e 1757, atingindo a população maior de sete anos em algumas localidades (Santos, 2004). A penúltima década do século XVIII assinala o início de um movimento de subida gradual que entra pelo século XIX, acusando pontuais quebras nos anos marcados por crises de mortalidade (1811/1812 e 1815/1816). Após um novo ciclo de decréscimo localizado entre 1820 e 1860, coincidente com a diminuição de efectivos populacionais então verificada e com as mais baixas relações de masculinidade em idade reprodutiva

(Santos, 2004), o volume de casamentos aumentará moderadamente até aos primeiros anos do século XX e com maior visibilidade de 1920 em diante.

As idades médias ao primeiro casamento foram calculadas, por cruzamento de informação, a partir das datas exactas de nascimento constantes nas fichas de família. Numa perspectiva transversal, observaram-se todos os eventos assinados entre 1720 e 1970, eliminando os cinquenta anos subsequentes aos registos de nascimento iniciais que correspondem à idade convencional de celibato definitivo. Neste procedimento considerámos, para seis períodos, as primeiras núpcias potencialmente “úteis” do ponto de vista da capacidade procriadora das mulheres cujo ciclo fértil se estende, teoricamente, dos 12 aos 49 anos.

Períodos	Homens		Mulheres		Diferença H-M
	N	Idade média	N	Idade média	
1720 – 1749	561	27.7	687	24.2	3.5
1750 – 1799	1484	28.4	1646	24.5	3.9
1800 – 1849	2012	27.8	2179	25.1	2.7
1850 – 1899	1383	29.7	1533	27.5	2.2
1900 – 1949	1665	27.3	1825	24.0	3.3
1950 – 1970	982	26.9	1129	23.1	3.8

QUADRO 1. Idade média ao primeiro casamento (< 50 anos)

Observando a Quadro 1 distinguem-se tendências comuns à maior parte das sociedades rurais europeias do antigo regime (Henry e Houdaille, 1979; Flinn, 1981), num quadro evolutivo caracterizado por grande estabilidade, principalmente no sexo masculino. Assim, registaram-se idades médias elevadas em qualquer dos períodos contemplados, oscilando entre 29.7 e 26.9 anos nos homens e entre 27.5 e 23.1 anos nas mulheres. Por outro lado, revelou-se particularmente acentuada a subida dos respectivos valores durante a segunda metade do século XIX, correspondendo a uma clara redução de diferenças entre sexos. Reconhecendo o papel preponderante da vitivinicultura na economia da região, assim como os efeitos nefastos da praga de *oidium* que alastra a partir de 1853 (Macedo, 1981), será de admitir a existência de uma

estreita relação entre o desequilíbrio do mercado matrimonial nesta época e a adversidade económica conjuntural pressionado a população activa masculina a emigrar. A partir do início do século XX, verificou-se uma diminuição gradual das idades ao primeiro casamento e o alargamento da distância entre sexos, determinado pela maior precocidade do matrimónio nas mulheres.

A análise diferencial dos comportamentos nupciais (Quadro 2) permitiu assinalar a ocorrência de variações significativas no interior da população, confirmando uma inequívoca interferência de factores de ordem económica e sociocultural directa ou indirectamente relacionados com a viabilidade de acesso à propriedade fundiária, igualmente detectada em diversas comunidades do território continental (Brettel, 1986; Amorim, 1987; Scott, 1999).

GRUPO 1

	Homens		Mulheres	
Períodos	N	Idade média	N	Idade média
1800 – 1899	1069	29.0	1118	26.4
1900 – 1970	1112	27.3	1169	24.0

GRUPO 2

	Homens		Mulheres	
Períodos	N	Idade média	N	Idade média
1800 – 1899	246	26.4	276	25.2
1900 – 1970	239	26.3	257	23.2

GRUPO 3

	Homens		Mulheres	
Períodos	N	Idade média	N	Idade média
1800 – 1899	182	28.5	228	25.4
1900 – 1970	372	27.0	482	23.6

GRUPO 4

	Homens		Mulheres	
Períodos	N	Idade média	N	Idade média
1800 – 1899	144	33.3	177	26.6
1900 – 1970	96	32.1	114	25.9

QUADRO 2. Idade média ao casamento por grupos ocupacionais (< 50 anos)

Assim, em qualquer dos períodos observados, os casais chefiados por marítimos (Grupo 2) apresentaram as mais baixas idades ao primeiro casamento, contrastando com as que distinguem os proprietários (Grupo 4). Ao longo do século XIX, as respectivas médias calculadas para os nubentes de sexo masculino registaram um afastamento de aproximadamente sete anos, decaindo para os seis anos no século seguinte, enquanto a distância correspondente ao sexo feminino alargou cerca de um ano do primeiro para o segundo período. Os trabalhadores rurais (Grupo 1) constituíram o segmento da população mais próximo dos proprietários pela idade tardia que manifestaram, enquanto o sector de artesãos e pequenos comerciantes (Grupo 3) ocupou uma posição intermédia entre trabalhadores rurais e marítimos, com os homens a apresentarem idades médias comparáveis às do grupo 1, e as mulheres às do grupo 2.

A comparação destes comportamentos com os da generalidade da população, nos mesmos períodos, indica que os maiores desvios às médias globais ocorreram por acréscimo no grupo de proprietários e, por decréscimo, no grupo de marítimos. A primeira situação sugere a presença de constrangimentos associados à transmissão da propriedade em vida ou por via sucessória e, muito provavelmente, à capacidade de activar alianças matrimoniais homogâmicas destinadas a concentrar patrimónios e, por este processo, a viabilizar a autonomia económica do futuro casal. De facto, num cenário ainda tipicamente rural em pleno século XX, tanto a manutenção da propriedade da terra como a sua aquisição através de um casamento vantajoso, ou a emigração de longo curso dirigida à obtenção de ganhos rápidos ou a uma promoção de carreira, constituíam as principais estratégias para preservar ou eventual ascender a um estatuto social elevado. Nestas circunstâncias, e apesar da idade tardia ao casamento das mulheres de proprietários ou grandes comerciantes numa época mais recente, são manifestamente maiores as limitações para o sexo masculino, não tanto no que diz respeito à incidência do matrimónio mas, sobretudo, ao adiamento da sua celebração. Em situação divergente, os casais cujos recursos provêm da actividade marítima tendem a antecipar o casamento, em particular o sexo feminino que apresenta idades médias continuamente precoces durante toda a observação.

Este grupo, cujos comportamentos reafirmam por oposição os anteriores pressupostos, revela ainda uma menor vulnerabilidade à passagem da crise económica que atravessa a segunda metade de Oitocentos, a qual teria desencadeado uma emigração selectiva afectando em maior grau os trabalhadores rurais do concelho e resguardando o mercado matrimonial da população marítima.

Os resultados apresentados no Quadro 3 informam que até ao final do século XVIII 91.3% das mulheres casaram solteiras, enquanto a respectiva percentagem de homens se situou nos 85.9%. Estes valores que equivalem a uma maior percentagem de recasamentos no sexo masculino (14.1% de casos contra 8.7% no sexo feminino) afastam-se largamente dos que foram obtidos para as comunidades rurais de Rebordãos (Amorim, 1973), Poiares (Amorim, 1983), Bougado (Alves, 1986) e Cardanha (Amorim, 1980) onde os casamentos de viúvos ascendem aos 20%, chegando mesmo a alcançar os 30% na última freguesia. Aproximam-se, contudo, das frequências encontradas, para a mesma época, em Guimarães (Amorim, 1987) e Romarigães (Santos, 1998), localidades respectivamente integradas no Baixo e Alto Minho. Ao longo dos séculos XIX e XX, a proporção de viúvos que celebraram um novo matrimónio decresceu para 9.9% e 3%, e a de viúvas para 3.3% e 1.2%. Esta evolução terá em parte decorrido da progressiva dilatação das uniões conjugais que, decorrente do aumento da esperança média de vida, diminuiria a probabilidade de segundas núpcias em idades mais avançadas.

As percentagens de celibato definitivo, determinadas através de uma análise longitudinal (Quadro 4) evidenciaram uma maior viabilidade no acesso ao matrimónio em homens e mulheres nascidos de 1670 a 1789 e, simultaneamente, uma menor diferença entre sexos com excepção para as gerações nascidas de 1700 a 1729 relativamente às quais se encontraram 10.8% de mulheres definitivamente celibatárias e 5.3% de homens em idêntica situação. As gerações femininas e masculinas nascidas durante o século XIX foram, sem dúvida, as mais afectadas por elevados níveis de celibato que teriam sobretudo resultado da configuração desproporcionada do *sex-ratio* em idade núbil (Santos, 2004).

	1700 – 1799		1800 – 1899		1900 – 1970	
	N	%	N	%	N	%
Solteiras	3389	91.3	4794	96.7	3650	98.8
Viúvas	325	8.7	163	3.3	45	1.2
Solteiros	3192	85.9	4465	90.1	3585	97.0
Viúvos	522	14.1	492	9.9	110	3.0
Total	3714	100	4957	100	3695	100

QUADRO 3. Estado civil dos nubentes

Gerações	Óbitos de homens > 49 anos			Óbitos de mulheres > 49 anos		
	Total	Solteiros	%	Total	Solteiras	%
1670 – 1699	222	6	2.7	222	8	3.6
1700 – 1729	413	22	5.3	437	47	10.8
1730 – 1759	682	34	5.0	647	45	7.0
1760 – 1789	826	28	3.4	879	50	5.7
1790 – 1819	1029	87	8.5	1227	210	17.1
1820 – 1849	846	123	14.5	1295	467	36.1
1850 – 1879	843	113	13.4	961	243	25.3
1880 – 1909	716	97	13.5	676	114	16.9

QUADRO 4. Celibato definitivo (observação longitudinal)

2.3. FECUNDIDADE, ILEGITIMIDADE E CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS

A observação da curva dos nascimentos legítimos e ilegítimos (Gráfico 3) ocorridos anualmente permite distinguir, normalizadas as variações aleatórias através de médias móveis de onze anos, um primeiro período de sentido ascendente compreendido entre 1670 e 1844 e um segundo período de decréscimo contínuo que, interrompido por duas décadas de breve recuperação (1890/1900 e 1920/1930), culmina numa fase de forte redução com início em 1950.

Esta evolução, replicando as tendências observadas nas paróquias de S. João e Ribeiras, no concelho das Lajes (Amorim, 1992; Amorim, 2001), vem confirmar o papel influente da mobilidade geográfica nos ritmos de crescimento populacional observados nas diferentes regiões do território insular. Com

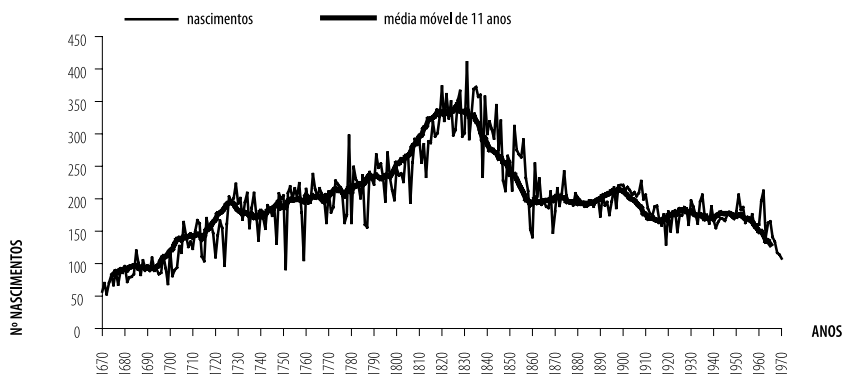


GRÁFICO 3. Movimento anual de nascimentos no concelho da Madalena

efeito, as grandes quebras no volume de nascimentos verificadas a partir de meados do século XIX coincidem com o recrudescente cíclico de saídas migratórias contabilizadas para o distrito da Horta, que se agudizam de 1866 a 1871, de 1882 a 1884 e de 1890 a 1892 (João, 1991). Em sentido contrário, tanto os movimentos de retorno observados na primeira metade do século XX como o forte abrandamento da emigração nas décadas de 1930 e 1940 (Rocha, 1991) teriam contribuído para alguma recuperação da natalidade nesse período, precedendo uma última fase de queda súbita e continuada, caracterizada pela difusão de práticas malthusianas e, simultaneamente, pela intensificação dos fluxos migratórios de média e longa distância.

No sentido de estabelecer uma periodização que reflecta a evolução da fecundidade e permita situar no tempo o início do seu declínio, procedeu-se ao cálculo das taxas relativas a cada década, concluindo-se pela adequação de uma leitura transversal ancorada em sete períodos (Quadro 5). O ano de 1945 foi estabelecido como limite de constituição familiar por via do casamento, com a finalidade de enquadrar durações matrimoniais de 25 anos. Se considerarmos que a principal característica distintiva de um modelo de fecundidade “natural” por oposição a um modelo de fecundidade “controlada” consiste na razão a que as taxas diminuem com a idade, distinguimos cronologicamente dois grandes períodos com fronteira no ano de 1879.

Períodos	Grupos de idade								
	N	15 – 19	20 – 24	25 – 29	30 – 34	35 – 39	40 – 44	45 – 49	D. T.
1700-1799	1679	302	363	341	322	276	165	25	8.97
1800-1819	681	321	429	386	356	305	205	26	10.14
1820-1849	942	339	400	365	334	281	166	19	9.47
1850-1879	773	445	415	382	346	287	160	16	10.26
1880-1909	840	386	447	378	316	250	116	13	9.53
1910-1929	492	413	376	312	235	144	59	7	7.73
1930-1945	464	382	340	248	182	123	42	4	6.60

QUADRO 5. de fecundidade legítima por grupos de idade(‰) e descendência teórica

O primeiro, decorrendo em quatro fases de desigual amplitude temporal, revela uma relativamente baixa fecundidade durante o século XVIII e ainda de 1820 a 1849, enquanto os anos compreendidos entre 1800/1819 e 1850/1879 correspondem aos mais elevados e uniformes níveis de toda a observação. O segundo período, com início na penúltima década do século XIX, assinala uma nova etapa na vida reprodutiva da população pelo recurso a práticas contraceptivas pontuais, indiciado pela subida das taxas de fecundidade nos grupos de mulheres com idades entre os 20 e 24 anos, e pela sua descida nas faixas etárias seguintes, sobretudo após os 39 anos. De 1910 em diante, os sinais de uma fecundidade controlada acentuam-se progressivamente e generalizam-se a todos os grupos de idade, com excepção para o dos 15 aos 19 anos.

Reflectindo as oscilações periódicas na evolução da fecundidade, a idade média da mãe ao nascimento do último filho (Quadro 6) coloca em evidência a longa extensão do ciclo reprodutivo das mulheres casadas até 1879 e a sua gradual redução que, a partir de 1910, adquire grande visibilidade.

Em termos comparativos, tomando como referência os valores sintetizados por Flinn (1981) para um conjunto representativo de sociedades europeias pré-industriais e ainda as taxas calculadas para algumas paróquias rurais do Norte do país, como Rebordãos (Amorim, 1973), Cardanha (Amorim, 1980), Poiães (Amorim, 1983), Bougado (Alves, 1986) e Ronfe (Scott, 1999), pode concluir-se

Períodos	N	Idade média
1700 – 1799	931	41.4
1800 – 1819	416	41.9
1820 – 1849	611	40.9
1850 – 1879	512	40.6
1880 – 1909	517	38.7
1910 – 1929	342	35.0
1930 – 1945	341	34.2

QUADRO 6. Idade média da mãe ao nascimento do último filho (famílias completas)

que os níveis de fecundidade na região da Madalena se apresentaram menos elevados, acusando a actuação de mecanismos redutores possivelmente associados a uma baixa incidência da mortalidade infantil (Santos, 2004) e a hábitos de amamentação prolongada, com repercussão no alargamento dos intervalos intergenésicos. Por outro lado, embora as altas idades médias ao primeiro casamento feminino tivessem seguramente contribuído para a diminuição do número de filhos por casal, a sua influência teria sido em parte minimizada pela longa duração das uniões conjugais registadas na mesma época.

A análise de comportamentos nos vários grupos ocupacionais processou-se, por exigência de representatividade, em três períodos correspondentes às alterações de tendência produzidas do início do século XIX a meados do século XX (Gráfico 4).

Até 1879 registaram-se os mais altos valores nas mulheres casadas com artesãos ou pequenos comerciantes (Grupo 3), enquanto as mulheres de marítimos (Grupo 2) e trabalhadores rurais (Grupo 1) apresentaram taxas intermédias que, nas primeiras, acusaram maiores elevações na classe dos 20 aos 24 anos e, nas últimas, dos 25 aos 29 anos.

Se durante o segundo período se produziu uma inversão das referidas posições relativas, com a população marítima a manifestar uma nítida superioridade de valores após os 35 anos e as mulheres de proprietários a reduzirem os níveis de fecundidade entre os 25 e os 34 anos, de 1910 a 1945, e apesar

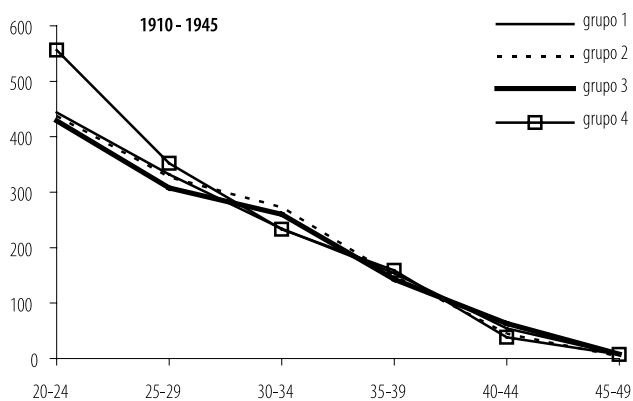
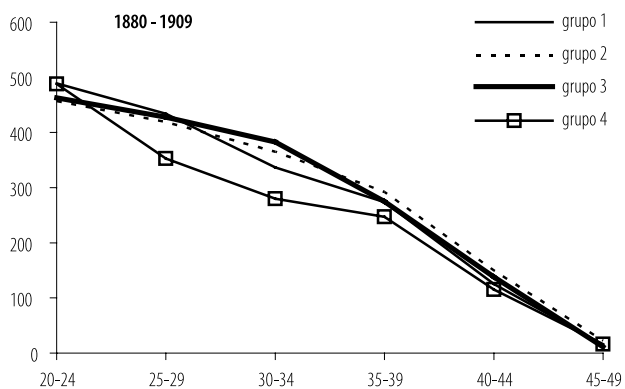
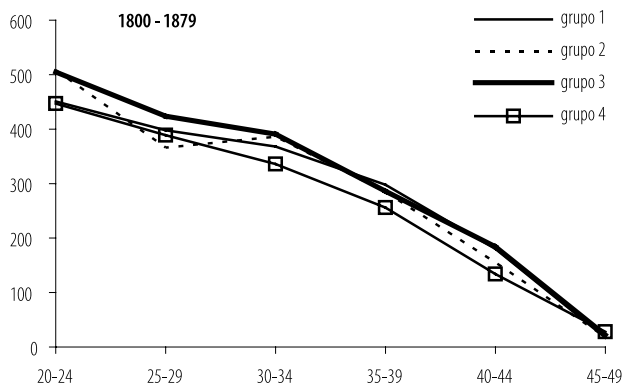


GRÁFICO 4. Taxas de fecundidade legítima por grupos ocupacionais, por grupos de idade (%)

de uma aproximação de comportamentos entre os vários estratos sociais induzida pelo recurso mais ou menos generalizado a processos limitativos dos nascimentos, o número médio de filhos estimado para o Grupo 4 ultrapassou sensivelmente o dos restantes grupos, com valores mais elevados nas duas primeiras faixas etárias.

Para a avaliação do tamanho médio familiar em toda a população, foram seleccionadas as famílias com início e fim de união conhecidos, segundo a partição temporal já adoptada para o cálculo das taxas de fecundidade legítima e em função dos descendentes nascidos vivos. Dos resultados apresentados no Quadro 7 pode concluir-se, num primeiro momento, pela grande variabilidade das percentagens de infertilidade das famílias, cujos efeitos se repercutem na evolução da sua dimensão média. Ao longo da observação sobressai um aumento discrepante de casais sem filhos entre 1850 e 1909 (de 9.4% para 15.1%) que, na fase de transição de século, chegará a atingir os 19.9%. Sabendo-se que durante a segunda metade de Oitocentos as idades médias ao primeiro casamento da mulher alcançaram os mais altos valores, será admissível sustentar que essa tenha sido a principal causa de infertilidade então verificada. Todavia, não se deverá excluir a hipótese de uma adopção socialmente desigual de métodos limitativos dos nascimentos que, na fase inicial, poderiam ter-se manifestado pela decisão de algumas famílias não constituírem descendência.

Considerando a fertilidade média das famílias fecundas, e minimizando assim os enviesamentos introduzidos pela incidência da esterilidade, observou-se que os anos compreendidos entre 1800 e 1819 corresponderam à maior dimensão familiar, próxima dos seis filhos por casal, reflectindo a elevada frequência acumulada de famílias com sete e mais filhos, que atinge os 38% e supera largamente os 31% e 30% registados em 1820/1849 e 1880/1909. A partir da segunda década do século XX, a percentagem de famílias numerosas inicia um evidente e previsível declínio passando de 15.9% (de 1910 a 1929) para 10.2% (de 1930 a 1945). Nesta fase, assiste-se a uma concentração crescente de casais com 1, 2 ou 3 descendentes que, representando no último período 17.6%, 21.5% e 16.6% do total de casos, justificam o decréscimo do número médio de filhos de 4.3 para 3.4.

Nº FILHOS	1700 – 1799		1800 – 1819		1820 – 1849		1850 – 1879		1880 – 1909		1910 – 1929		1930 – 1945	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0	249	11.3	64	7.9	105	9.4	136	15.1	196	19.9	64	11.9	40	7.8
1	191	8.7	58	7.2	82	7.3	100	11.1	87	8.8	68	12.7	90	17.6
2	189	8.6	51	6.3	93	8.3	94	10.4	91	9.2	68	12.7	110	21.5
3	226	10.3	66	8.2	98	8.7	86	9.6	83	8.4	69	12.9	85	16.6
4	231	10.5	77	9.5	126	11.3	85	9.4	71	7.2	82	15.3	55	10.8
5	237	10.7	79	9.8	141	12.6	82	9.1	80	8.1	52	9.7	51	10.0
6	236	10.7	106	13.1	127	11.3	90	10.0	82	8.3	48	8.9	28	5.5
7	214	9.7	86	10.7	117	10.4	80	8.9	69	7.0	30	5.6	25	4.9
8	177	8.0	79	9.8	92	8.2	63	7.0	55	5.6	20	3.7	14	2.7
9	123	5.6	58	7.2	66	5.9	39	4.3	62	6.3	8	1.5	7	1.4
10	82	3.7	41	5.1	45	4.0	26	2.9	44	4.5	8	1.5	3	0.6
11	25	1.1	26	3.2	12	1.1	11	1.2	32	3.3	10	1.9	2	0.4
12	10	0.4	9	1.1	10	0.9	6	0.7	17	1.7	4	0.7	0	0.0
13	8	0.4	5	0.6	4	0.4	2	0.2	12	1.2	3	0.6	1	0.2
14	2	0.1	1	0.1	1	0.1	1	0.1	2	0.2	0	0.0	0	0.0
15	2	0.1	1	0.1	1	0.1	0	0.0	2	0.2	0	0.0	0	0.0
16	2	0.1	1	0.1	0	0.0	0	0.0	1	0.1	2	0.4	0	0.0
Total	2204	100	808	100	1120	100	901	100	986	100	536	100	511	100
Média de filhos/família														
	4.6		5.4		4.9		4.2		4.5		3.8		3.2	
Média de filhos/família fecunda														
	5.2		5.9		5.4		4.9		5.6		4.3		3.4	

QUADRO 7. Distribuição das famílias segundo o número de filhos

O Quadro 8 assinala a existência de nítidas clivagens no interior da população, com os proprietários a destacarem-se pelas maiores proporções de infertilidade em qualquer dos períodos contemplados. Se, neste grupo de casais, o adiamento do matrimónio até idades tardias tanto para homens como para as mulheres constituiu seguramente um factor determinante, é também muito provável que, durante a fase malthusiana, se tenha verificado uma maior difusão de práticas contraceptivas junto deste estrato social, frequentemente no sentido de evitar a procriação, conforme já indicado pelas taxas de fecundidade posteriores a 1879. Observando o número médio de filhos por família fecunda, constata-se uma equivalência de valores até ao ano de 1909 entre trabalhadores rurais e proprietários (5.5) e,

Média de filhos e % infertilidade	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4	
	1800-1909	1910-1945	1800-1909	1910-1945	1800-1909	1910-1945	1800-1909	1910-1945
Média / Família	5.0	3.7	5.6	4.4	5.7	3.7	4.5	2.7
Média / F. fecunda	5.5	4.1	6.2	4.6	6.2	4.0	5.5	3.4
% infertilidade	10.2	9.2	9.4	4.3	7.0	7.6	18.9	22.2

QUADRO 8. Dimensão média das famílias por grupos ocupacionais

por outro lado, entre marítimos e artífices ou pequenos comerciantes (6.2). Pelo contrário, o segundo período é caracterizado por grande diversidade de resultados, com os grupos de marítimos e proprietários a apresentarem maiores e menores médias, respectivamente.

Apesar das divergências mencionadas, é possível reconhecer que o tamanho efectivo das famílias do município da Madalena ultrapassou, em tendência, os valores médios encontrados para outras populações rurais portuguesas ao longo do Antigo Regime (Amorim, 1984; Gomes, 1996; Faria, 1997; Santos, 1998), equiparando-se aos que se referem a algumas regiões de perfil urbano (Amorim, 1987; Maia, 1996).

As taxas de ilegitimidade calculadas para o concelho (Gráfico 4) assumiram valores reduzidos ao longo dos séculos XVII e XVIII, próximos dos que predominaram em vários países europeus (Laslett, 1977; Flinn, 1981). Durante a segunda metade do século XIX, as percentagens anuais sofrem um visível acréscimo, atingindo um máximo de 14.7% no ano de 1863. Recorde-se que este período coincide com uma considerável elevação das idades médias ao primeiro casamento e que o celibato definitivo feminino nas gerações nascidas entre 1820 e 1849 alcançou um valor excepcional de 36%. Estes indicadores sugerem a presença de elementos perturbadores de ordem conjuntural que teriam induzido muitas mulheres solteiras a constituírem descendência ilegítima. A partir de 1900 e num manifesto contexto de declínio, as frequências de nascimentos ilegítimos centralizam-se em torno de uma média que ronda os 3% até 1949 e decai para os 2% nas duas décadas seguintes.

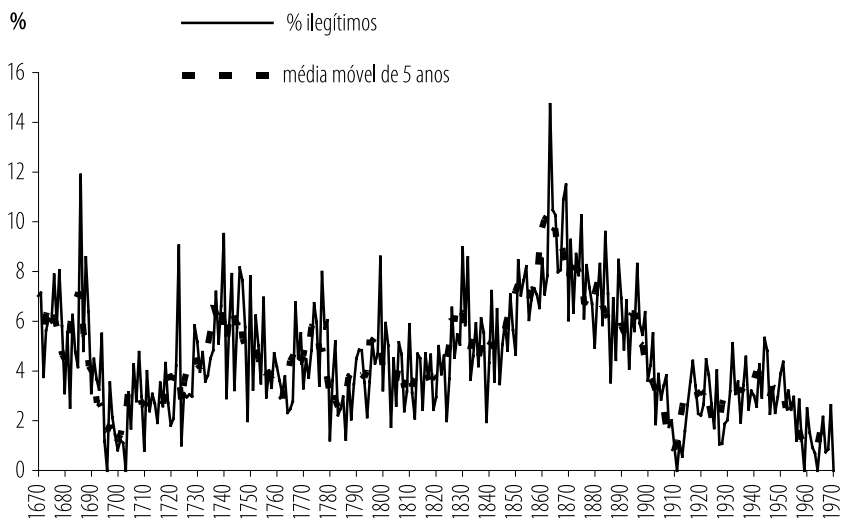


GRÁFICO 5. Percentagem anual de ilegitimidade no concelho da Madalena

A frequência dos intervalos protogenésicos inferiores a oito meses, correspondendo na quase totalidade dos casos à ocorrência de concepções pré-nupciais, constitui um indicador de ordem sociocultural que, no contexto europeu anterior à industrialização, permite avaliar o grau de interiorização das normas e valores prevalecentes em determinada comunidade, bem como a eficácia dos mecanismos de controle social e familiar. A leitura do Quadro 9 aponta para uma maior incidência de concepções anteriores ao casamento durante a primeira metade do século XVIII, e para o seu decréscimo progressivo até meados do século XX, num quadro de escassa variabilidade na duração do intervalo médio relativo a esses nascimentos. Articulando estes resultados com as variações percentuais registadas nos intervalos que distam três ou menos meses da data do matrimónio, verifica-se uma evolução irregular de tendência ascendente que tanto poderá traduzir um relaxamento de costumes, associado a uma certa laicização da sociedade, como acusar a influência do arrastamento de processos de licenciamento em caso de matrimónios consanguíneos.

Períodos	Total intervalos		Intervalos < 8 meses		Intervalos < = 3 meses	
	N	N	%	Duração média	N	%
1700 – 1749	1127	114	10.1	4.8	30	26.3
1750 – 1799	1585	151	9.5	4,2	65	43.0
1800 – 1849	2241	207	9.2	4.3	78	37.7
1850 – 1899	1589	118	7.4	4.4	47	39.8
1900 – 1949	1840	122	6.6	4.0	50	41.0
1950 - 1969	903	64	7.1	4.0	29	45.3

QUADRO 9. Concepções pré-nupciais

Grupos ocupacionais	Períodos					
	1800 – 1899			1900 – 1969		
	Total.	N	%	Total	N	%
1	1041	81	7.8	1003	69	6.9
2	234	26	11.1	237	19	8.0
3	206	14	6.8	381	31	8.1
4	159	9	5.7	86	6	7.0

QUADRO 10. Concepções pré-nupciais por grupos ocupacionais

Por referência aos valores estimados para algumas paróquias das províncias do Minho e Trás-os-Montes, durante a mesma época, conclui-se que na região da Madalena as frequências de concepções pré-nupciais se distanciaram sempre, por grande inferioridade, das que se observaram nas zonas rurais de Guimarães (Amorim, 1987) e Ronfe (Scott, 1999), onde foram atingidos máximos de 17% e 18%, aproximando-se contudo das proporções encontradas em Poiães (Amorim, 1984) e Romarigães (Santos, 1998), que rondam os 9%.

Como indica o Quadro 10, não se detectaram grandes diferenças entre grupos ocupacionais durante o período mais recente. Pelo contrário, de 1800 a 1899 o comportamento das mulheres de marítimos (Grupo 2) e de proprietários (Grupo 4) desviou-se consideravelmente do que caracteriza o conjunto da população, correspondendo a um máximo de 11.1% no primeiro caso e a um mínimo de 5.7% no último. Como conclusão pode adiantar-se que as percentagens médias globais de concepções pré-nupciais, nunca tendo

assumido uma expressividade excessiva, superaram os valores de ilegitimidade registados na região. Este fenómeno, comum a outras áreas europeias (Flinn, 1981), não reflectirá necessariamente uma atitude de permissividade social relativamente à prática sexual fora de matrimónio, mas sobretudo a actuação de pressões activadas pelo círculo familiar no sentido da sua posterior legitimação.

CONCLUSÕES

A análise da fecundidade legítima no município da Madalena permitiu assinalar o ano de 1880 como o momento de passagem a uma fase malthusiana, lentamente implantada e com efeitos mais notórios a partir de 1930. Ao longo de Antigo Regime, as taxas de fecundidade assumiram valores baixos para a época, comparativamente a outros países europeus e a diversas regiões do território nacional, sugerindo a interferência de um conjunto de mecanismos redutores, como as elevadas idades médias ao primeiro casamento verificadas até uma época recente, a fraca incidência da mortalidade infantil e hábitos de amamentação prolongada que teriam como consequência o alargamento dos intervalos intergenésicos. A moderação dos níveis de ilegitimidade, pese embora a subida das percentagens correspondentes ao período de crise económica que atravessou a segunda metade do século XVIII incentivando a emigração masculina, demonstrou que a geração de descendência ocorreu predominantemente no quadro do matrimónio.

Observando os diversos comportamentos em grupos ocupacionais classificados em função da oportunidade de acesso à propriedade fundiária, registaram-se contrastes significativos na idade ao casamento, nas taxas de fecundidade legítima, na dimensão da família e nos níveis de esterilidade, revelando a influência decisiva de factores de natureza económica e socio-cultural na evolução da demografia na região.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, J. F.** (1986). *Uma comunidade rural do Vale do Ave. S. Tiago de Bougado: 1650-1849 (estudo demográfico)*, dissertação de mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
- AMORIM, M. N.** (1973). *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional
- AMORIM, M. N.** (1980). *Método de exploração dos livros de registos paroquiais. Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de estudos demográficos do I.N.E.
- AMORIM, M. N.** (1983). S. Pedro de Poiares e a sua população de 1561 a 1830. In: *Brigantia*, 3: 273-304; 377-418; 531-576
- AMORIM, M. N.** (1984). S. Pedro de Poiares e a sua população de 1561 a 1830. In: *Brigantia*, 4: 183-218; 311-333
- AMORIM, M. N.** (1987). *Guimarães 1518-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, I.N.I.C.
- AMORIM, M. N.** (1991). Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses. In: *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX, 1:7-25
- AMORIM, M. N.** (1992). *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais
- AMORIM, M. N.** (2001). Do Antigo Regime à Contemporaneidade. Microanálise da transição demográfica numa paróquia açoriana. In: *Revista ADEH*, vol XIX, nº 2, pp.79-113
- BRETTEL, C.** (1986). *Men who migrate, women who wait. Population and History in a Portuguese Parish*, Princeton, Princeton University Press
- CASCÃO, R.** (1985). A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX. In *Revista de História Económica e Social*, 15: 83-121
- FARIA, I. M.** (1997). *Santo André de Barcelinhos – o difícil equilíbrio de uma população, 1606-1910*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais
- FLINN, M. W.** (1981). *The European Demographic System, 1500-1820*, Suffolk, The Harvester Press
- FRUTUOSO, G.** (1963). *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada

- GIL, M. O. R.** (1979). *O Arquipélago dos Açores no século XVII – aspectos socio-económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, ed. Autor
- GOMES, M. P. S.** (1996). *Estudo Demográfico de Cortegaça (Ovar), 1583-1975*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais
- HAJNAL, J.** (1965). European marriage patterns in perspective. In Glass, D. V. e Eversley, D. E. C. (eds.), *Population in History*, London, Edward Arnold, pp. 101-143
- HENRY, L.** (1970). *Manuel de Démographie Historique*, 2ª edição, Genève – Paris, Librairie Droz
- HENRY, L. E HOUDAILLE, J.** (1979). Célibat et age au mariage aux XVIIIe et XIXe siècles en France, II. Age au premier mariage. In: *Population*, 34, 2: 403-442
- JOÃO, M. I.** (1991). *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos
- LASLETT, P.** (1977). *Family life and illicit love in earlier generations: essays in historical sociology*, Cambridge, Cambridge University Press
- LIVI-BACCI, M.** (1971). *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press
- MACEDO, A. L. S.** (1981). *História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*, Fac-símile da edição de 1871, vol. 3, Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais
- MADEIRA, A. B.** (1999). *População e emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patrimonia
- MAIA, R. L. A.** (1996). *São Miguel de Barreiros e a sua população. 1700-1925*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa
- MESQUITA, M. H.** (1998). *Evolução demográfica na Criação Velha, paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*, Ponta Delgada, Direcção Regional da Cultura
- MONTALVERNE, A.** (1988). *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, 2ª edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada
- PEREIRA, G. M. M.** (1993). *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, tese de doutoramento, Universidade do Porto
- PINA CABRAL, J.** (1989). *Filhos de Adão, Filhas de Eva – a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote
- ROCHA, G.** (1991). *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX – Unidade, Permanência, Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores

SANTOS, C. M. (1998). *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1640-1872)*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais

SANTOS, C. M. (2004). *Biodemografia do concelho da Madalena – Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da Ilha do Pico*, tese de doutoramento, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais

SCOTT, A. S. (1999). *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*, Guimarães, NEPS/ICS, Universidade do Minho

SILVA, A. F. (1987). Família e trabalho doméstico no “hinterland” de Lisboa: Oeiras, 1763-1810. In: *Análise Social*, 97: 531-562